

SUELLYM FERNANDA OPOLZ

ESTRANGEIROS EM TERRA NATAL:  
UMA DISCUSSÃO SOBRE SURDEZ E EDUCAÇÃO

CURITIBA

2010

SUELLYM FERNANDA OPOLZ

ESTRANGEIROS EM TERRA NATAL:  
UMA DISCUSSÃO SOBRE SURDEZ E EDUCAÇÃO

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar*, pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

Orientador (a) Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francéli Brizolla

CURITIBA

2010

*Concede-me Senhor, a serenidade necessária  
para aceitar as coisas que não posso modificar  
coragem para modificar as que eu posso, e  
sabedoria para discernir a diferença...*

Reinhold Niebuhr

## SUMÁRIO

Introdução .....	06
1 - Estrangeiros em Terra Natal .....	09
2 - “Ser Surdo” .....	12
3 - Educação e Surdez .....	20
4 - Vivências .....	28
Referências .....	34

## RESUMO

O presente artigo, sob o título de “Estrangeiros em Terra natal: uma discussão sobre surdez e educação” busca fazer um delineamento sobre o tema “Educação e Surdez”, viabilizando referenciais aos professores da região do litoral paranaense – bem como à comunidade em geral - sobre a educação de surdos. Entende-se que os mesmos configuram um grupo social com cultura própria, com um contexto etnológico específico. Contudo, tal contexto, geralmente é incompreendido, negligenciado e os surdos colocados à margem da sociedade, já que não conseguem se enquadrar num padrão oralista. Este artigo, portanto, trata de questões teórico-conceituais sobre a surdez, a cultura e identidade surdas, aspectos da legislação e da educação para este segmento de alunos, assim como uma vivência pessoal e profissional da autora.

Palavras chaves: SURDEZ – EDUCAÇÃO – CULTURA

## **ABSTRACT**

This article, under the title of "Foreigners in Homeland: a discussion on deafness and education" attempts to make a design on the theme "Education and Deafness", enabling references to teachers in the region of Paraná coast - as well as the general community - on the education of the deaf.

It is understood that they make up a social group with their own culture, with an ethnological context specific. However, such context, it is often misunderstood, neglected and deaf people sidelined by society, since they can not fit into a standard oral. This article, therefore, deals with theoretical and conceptual issues about deafness, deaf culture and identity, issues of legislation and education for this segment of students, as well as personal and professional experiences of the author.

**Keywords: DEAFNESS - EDUCATION - DEAF CULTURE**

## INTRODUÇÃO

Este artigo busca fazer uma delimitação e debate sobre o tema “Educação e Surdez”, viabilizando referenciais aos professores da região do litoral paranaense – bem como à comunidade em geral - sobre a educação de surdos.

A escolha desta temática tem, sobretudo, um caráter pessoal, visto que sou deficiente auditiva há exatos 10 anos, diagnosticada com perda auditiva sensório/neural bilateral profunda. Entretanto, não me caracterizo como surda, pois perdi audição aos 16 anos de idade – e, assim, fui oralizada, alfabetizada, possuindo um contexto cultural ouvinte. Mas, pela profundidade da minha perda auditiva, enfrento muitas das mesmas problemáticas sociais vivenciadas pelos surdos. Além disso, ao longo desses 10 anos, tive contato com vários surdos, aprendi a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - bem como concepções e teorias referentes à comunidade surda.

Com minha formação em Pedagogia, conheci aspectos relacionados à educação especial – na qual a surdez está classificada pedagogicamente. E, atualmente, leciono numa escola para surdos, sendo que esta experiência transformou significativamente minha visão sobre surdez.

Assim, pela minha própria experiência de vida, bem como pelas vivências na comunidade surda, vejo os surdos como um grupo social com cultura própria, com um contexto etnológico específico. Contudo, tal contexto, geralmente é incompreendido, negligenciado e os surdos colocados à margem da sociedade, já que não conseguem se enquadrar num padrão oralista.

Tal problemática é refletida, principalmente, nas escolas de ensino regular. O aluno é ensinado em Português padrão. E devido a falta de audição não consegue acompanhar as aulas – o que gera conflitos entre professor/educando - e traz traumas ao aluno surdo. Tal aluno é rotulado como “atrasado” ou “débil”, sendo que o problema se caracteriza apenas pela falta de comunicação, uma vez que o surdo possui as mesmas capacidades e habilidades cognitivas que os ouvintes. Porém, a sua estrutura de pensamento e, inclusive, sua maneira de aprender configuram-se pela língua de sinais - a

LIBRAS. Deste modo, contribuir para promover a comunicação, problematização e compreensão mínima entre as culturas surda e ouvinte no contexto da educação para todos, portanto necessariamente inclusiva, se mostra urgente.

Contudo, o letramento é a função social da leitura - sendo fundamental ao indivíduo para compreensão e construção de seu pensar e agir no mundo. E o processo de alfabetização, para se converter num processo de letramento efetivo, precisa ser significativo – enfim, estar contextualizando com a realidade do indivíduo. Daí a importância do letramento aos alunos surdos – não para que eles se “igualem” aos ouvintes, mas para que possam reafirmar sua identidade surda, garantindo dignidade, respeito e uma educação de qualidade a que todos têm direito.

Acontece que os surdos estão presentes em nossa sociedade, fazem parte dela. Não estão confinados e condicionados a um único espaço histórico/geográfico - estão em qualquer bairro, cidade, país. Pode ser um desconhecido, seu vizinho – ou até mesmo seu filho. Sendo assim, faz-se cada vez mais necessário analisar o sujeito surdo por uma ótica antropológica, compreendendo o surdo como ele realmente é. Dessa maneira, faz-se a concretização deste estudo, versando sobre “Surdez e Educação”, o qual contemplará a interação entre cultura surda e ouvinte, aspectos da cultura surda, características da educação bilíngüe/bicultural aos surdos, a relação entre Letramento e Surdez - e , por fim, uma breve reflexão sobre as condições de inclusão de alunos surdos em escolas regulares.

Tais temáticas serão abordadas a partir da realização de leituras de contexto etnológico<sup>1</sup>, bem como de algumas bibliografias existentes sobre surdos/surdez e letramento, assim como pela análise de leis/documentos referentes ao processo de inclusão, diálogos com teóricos e outros conhecidos que realizaram pesquisas na área de surdez, relacionando tais leituras e diálogos aos dados observados na prática cotidiana escolar. E assim, oportunizar aos educadores e pais de alunos surdos, da região litorânea do Estado do Paraná, bases para a realização de uma educação efetiva e

---

<sup>1</sup> Referente à etnologia: Ramo das ciências humanas que tem por objeto o conhecimento do conjunto dos caracteres de cada etnia, a fim de estabelecer as linhas gerais da estrutura e da evolução das sociedades. Fonte: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Etnologia>



qualitativa que condicione uma melhor qualidade de vida. Porque, conforme afirma o sociólogo Boaventura Souza Santos: *“Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. As pessoas querem ser iguais, mas querem respeitadas suas diferenças. Ou seja, querem participar, mas querem também que suas diferenças sejam reconhecidas e respeitadas”*<sup>2</sup>

Diferentes todos nós somos – e é na diferença que se encontra a plenitude e a beleza de ser humano.

---

<sup>2</sup>Citação livre. Fonte: <http://www.bengalalegal.com/diferentes.php>.

## 1 - ESTRANGEIROS EM TERRA NATAL

A sociedade é oralista. Os sons estão por toda parte e a audição é um dos sentidos fundamentais para a comunicação, sendo uma ferramenta natural para o desenvolvimento da linguagem. Mas, e o indivíduo que nasceu surdo – ou perdeu a audição nos primeiros anos da sua infância? Qual sua percepção de mundo, e como ele se inclui e se orienta numa sociedade formada por e para ouvintes?

Tais questões devem ser debatidas e refletidas, a fim de viabilizar ao surdo uma melhor qualidade de vida. Para tanto, não se pode caracterizar a surdez pelo aspecto clínico de perda auditiva, configurando a ausência de audição como doença. É necessário compreender a surdez pelo seu caráter lingüístico, cultural – possibilitando ao surdo a valorização e respeito à sua identidade. Nesse sentido, Lopes (2004) opina:

(...) proponho olhar a surdez de outro lugar que não o da deficiência, mas o da diferença cultural. Não nego a falta de audição do corpo surdo, porém desloco meu olhar para os que os próprios surdos dizem de si, quando articulados e engajados na luta por seus direitos de se verem e de quererem ser vistos como sujeitos surdos, e não como sujeitos com surdez (p. 9).

Diante deste contexto, torna-se fundamental considerar as diferenças culturais entre surdos e ouvintes e, assim, delimitar as reais especificidades e diversidades relativas à surdez – sendo que “a comunidade surda apresenta uma cultura própria que deve ser respeitada e cultivada” (QUADROS, 1997, p. 28.) porque “como o sexo, que aparece marcado no corpo masculino e no corpo feminino, a surdez também marca aquele que a possui, diferenciando aqueles que ouvem daqueles que não ouvem” (LOPES, 2007, p. 9).

Entretanto, ainda segundo as palavras de Lopes (2007), a autora observa que “culturalmente, produzimos o normal, o surdo, o deficiente, o desviante, o exótico, o comum”. E tais rótulos são sustentados por aspectos sócio/econômicos e vinculados por mídias – formando o que denominamos de senso comum. Contudo, cada indivíduo tem a sua volta um gama de alternativas, perspectivas para analisar o outro e defini-lo dentro do contexto social, isto é, em nosso cotidiano, em diversas situações - seja num ponto de ônibus, num mercado, na escola, no trabalho – temos a chance de conhecer o

outro como ele realmente é. E dessa forma, olhar o mesmo sem as vendas do preconceito - formando uma interação permeada por respeito, sensibilidade e compreensão. Ao conhecermos e interagirmos com o outro fazemos escolhas - escolhendo o modo como o vemos. E

Qualquer escolha será sempre feita a partir de interpretações e representações que construímos, partindo de um conjunto de justificativas que escolhemos para sustentar nossas formas de entender aquilo que somos e aquilo que o outro é. Toda escolha que fazemos e as justificativas que lidamos são culturais, mas nem toda a interpretação feita sobre a surdez está sustentada em uma teorização de base antropológica (LOPES, 2007, p. 8).

Nesta reflexão a autora mostra que o surdo, na maioria das vezes, é caracterizado pelo contexto clínico e não pela sua identidade cultural – surgindo assim, padronizações, mitos. De acordo com Oliver Sacks (1990), - antropólogo que se deslumbrou ao caminhar pelas veredas da cultura surda – “o termo surdo é vago, ou melhor, é tão geral que se impede a consideração de graus diferentes de surdez, graus que são de significado quantitativo e até mesmo existencial” (p. 25).

Cada pessoa é única e com personalidade e necessidade relativas a sua identidade – seja esse indivíduo surdo ou ouvinte. E tal indivíduo estará inserido dentro de aspectos culturais, correspondentes ao seu modo de agir e de pensar. Embora os surdos geralmente inseridos em ma comunidade surda – partilhando uma mesma linguagem, a linguagem de sinais, além de interesses e projetos em comum - é necessário considerar que cada indivíduo surdo é único. Pois apesar das semelhanças clínicas, sobretudo a perda auditiva, cada surdo é fruto de um contexto familiar diverso representando uma história de vida peculiar, formando seu modo de agir e pensar. Entretanto, na sociedade ouvinte há uma banalização, generalização da surdez, fomentando a idéia de que todo surdo é igual, rotulando os mesmos num padrão.

Tal generalização reflete-se no termo surdo-mudo, que é um paradigma fortemente difundido socialmente. Assim “olham para a surdez e para os surdos a partir de uma posição ouvintista. O que fazem para ‘imaginar’, compreender esse ‘outro’ é projetar-se para seu lugar, mas sempre carregando suas próprias significações de ouvintes” (LOPES, 2007, p. 51).

Enfim, os surdos não podem ser olhados pelo contexto clinico ou

somente pelo educacional - eles têm que ser respeitados e admirados por uma perspectiva antropológica - visto que possuem características lingüística, cultural e social próprias. Quando um estrangeiro chega ao Brasil, na maioria das vezes sua cultura é valorizada – e por mais difícil que seja a comunicação, há quase sempre o esforço de compreensão, criando-se laços de convivência. E isto permite ao indivíduo, que veio de outro país, se adaptar ao estilo de vida brasileiro – sem precisar inibir sua identidade lingüística/cultural. O sotaque se torna um charme – e o intercâmbio cultural torna-se uma rica fonte de aprendizado. Neste sentido, por que grande parte da sociedade ouvinte, ainda hoje, não é capaz de valorizar, compreender e respeitar a cultura surda – isto é, os surdos, que mesmo utilizando a LIBRAS, não deixam de ser nossos compatriotas?

Esta questão nos conduz à reflexões - tanto na esfera privada, quanto pública. Individualmente, as pessoas tendem ao “estranhamento” do que é diferente - daquilo que é, culturalmente, definido como anormal. O “normal” é ouvir, falar, opinar, narrar... é quando se conhece um surdo , o primeiro obstáculo é se comunicar - que é a ação primordial para uma interação. Dessa maneira, já num primeiro contato, cria-se um paradigma referente á surdez, uma idéia pré- concebida de que é difícil se comunicar com um surdo – e de que sinais são meros gestos, que referem-se a mímicas, e não correspondem a uma linguagem propriamente dita. Neste contexto, verifica-se que o comportamento de muitos ouvintes diante dos surdos é a exclusão/afastamento, pois lhe é estranho; ou a prática assistencialista, de piedade – acreditando-se que o surdo precisa a todo instante de auxílio, cuidado, porque ele é “doentinho”, “não fala”, “não ouve”. Assim:

Os surdos têm vindo a ser estudados a partir da perspectiva das capacidades dos ouvintes, com estes são comparados os seus desempenhos no que respeita à fala, à leitura da fala, ao seu percurso educacional, ao seu desenvolvimento psicossocial (...) o que não tem sido estudado é a interação natural e normal das pessoas surdas entre si (MAXWELL)<sup>3</sup>.

Tal preconceito conduz o surdo ao isolamento, sendo que muitos se subestimam a si próprios, configurando á surdez um caráter de inferioridade.

---

<sup>3</sup>

AMARAL, 2008, p. 4.

## 2 - “SER SURDO”

A surdez, pela sua configuração de perda auditiva, sempre foi vista por uma perspectiva clínica. Era preciso “curar” aquele que não ouvia - criando-se aparelhos, invenções, cirurgias, buscando fazer o surdo se igualar, se adaptar ao contexto ouvinte. E se tal adaptação não fosse efetiva, o surdo era discriminado, ignorado, inferiorizado – devido ao estranhamento de ser diferente. Ou seja: devido ao fato de não ouvir.

Para muitos da sociedade, surdez e deficiência auditiva são termos sinônimos, que definem o indivíduo que não “ouve”, não “escuta”. Enfim, aquele que perdeu a audição, e no qual é difícil se estabelecer uma comunicação.

Esta é uma definição estigmatizada de surdez, e num aspecto clínico, considera-se para efeitos legais – conforme o Decreto 5.296/2004<sup>4</sup> - deficiência auditiva, como perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis(dB) ou mais, constatados por audiogramas de 500HZ, 1000HZ, 2000HZ e 3000HZ. Pelo decreto 5626 /2005<sup>5</sup> (art. 2º) “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras”.

Devemos saber que os graus de perda auditiva são variados, e por isso, não podemos padronizar a surdez, rotulando todos como surdos. Além disso, conforme afirma Sá (2002)

(...) não é conveniente frisar a existência de uma identidade surda única, como se esta se manifestasse a partir de traços universais que os traduzissem completamente (os surdos são assim). Os surdos e a comunidade surda são plurais, como o é o todo agrupamento humano. Toda identidade é dinâmica e é transformada continuamente. (p.193)

É necessário compreender que existem vários fatores que acarretam a perda auditiva – o que por sua vez condiciona vários conceitos, vários diagnósticos e várias formas de comunicação para aquele que tem problemas

---

<sup>4</sup> Decreto da Acessibilidade – n. 5.296/2004 - cap. II, art. 5º.

<sup>5</sup> Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

auditivos – ou que não possui audição. Dessa maneira, todas as características devem ser consideradas ao se definir a surdez.

Pela definição física, a intensidade ou volume dos sons é medida em unidades chamadas decibéis, abreviadas para dB. Sessenta dB é a intensidade do som de uma conversa, e 120 dB a de um avião a jato. Se uma pessoa "perder" 25 dB de volume, poderá ter problemas de audição. A perda de 95 dB pode ensurdecer totalmente uma pessoa. A partir deste contexto, define-se uma classificação:

- Audição normal – 0 a 24 dB nível de audição
- Deficiência auditiva leve – 25 a 40 dB nível de audição
- Deficiência auditiva moderada – 41 a 70 dB nível de audição
- Deficiência severa – 70 a 90 dB nível de audição

Outra classificação configura-se pelo diagnóstico clínico, onde se define diversos tipos de deficiência auditiva, como:

Condutiva – quando há interferência na transmissão do som, pelo canal auditivo (estrutura física do ouvido, tanto interna como externo). Pode ocorrer por cerume, otites, ferimentos, perfurações no tímpano, viroses e má formação do duto auditivo.

Sensório neural – quando há impossibilidade de recepção do som, por lesão das células ciliadas da cóclea ou do nervo auditivo. Isso pode ocorrer devido a doenças genéticas, fatores hereditários, infecções bacterianas e viróticas (como meningite). Ou ainda, por infecções na gestação, por rubéola, sífilis e herpes – além do uso de drogas e de traumas intrauterinos no lobo temporal.

Mistas – deficiência auditiva condutiva e sensório neural.

Central – disfunção da função auditiva pelo Sistema Nervoso Central. Não há interpretação do som pelo Sistema Neurológico.

É tácito ao senso comum acreditar que, se aumentar a intensidade sonora, isto é, o “volume” do som – falando mais alto ou aumentando o volume da TV, por exemplo - o surdo / deficiente auditivo conseguirá captar significativamente a mensagem. A perda auditiva confunde-se assim, com déficit da qualidade sonora. Por isso, é imprescindível compreender a diferença entre hipoacusia e disacusia - termos técnicos que definem a característica da perda auditiva. Hipoacusia é a redução da sensibilidade auditiva – conforme o avanço da idade - sem alteração da sua qualidade. Ao aumentar a intensidade

do som, o indivíduo pode escutar normalmente. Daí muitas vezes, a recomendação de próteses e aparelhos auditivos. Disacusia é o distúrbio auditivo, propriamente dito – sendo que o aumento da intensidade sonora não garante a compreensão das palavras. Neste aspecto, é preciso salientar que ouvir é diferente de escutar. A audição é a percepção/discriminação do som – bem como o reconhecimento e compreensão das informações sonoras. Dessa forma, ouvir é registrar a presença de um som, utilizando-se do sistema auditivo. Já escutar é compreender a mensagem do som percebido – fazendo-se necessário, além do sistema auditivo, o sistema neuromotor.

Entretanto, mediante todas estas classificações, é fundamental considerar em que período da vida ocorreu a perda auditiva – pois isso define e diferencia o surdo deficiente auditivo. A perda auditiva pode ser congênita, isto é, a criança nasce com ela - geralmente por fatores genéticos/hereditários ou por a gestante contrair doenças infecciosas, como rubéola, sarampo. Também pode ocorrer por complicações durante e após o parto e, além disso, na primeira infância, a surdez pode ser ocasionada por acidentes, ou infecções viróticas. Contudo, é importante destacar que, quando a perda auditiva ocorre antes no período pré-lingual – como nos casos acima – devemos considerar e compreender que a linguagem da criança será outra. Ela não terá como primeira Língua o português, por exemplo, e sim, a Linguagem de Sinais – se estimulada à mesma. Este é o contexto característico do surdo – pois, por não ouvir e ter perdido a audição nos primeiros anos de vida, sua linguagem e estrutura de pensamento se formam de maneira diferente - numa orientação visual/espacial – diferente do ouvinte, que desenvolve sua estrutura neurolinguística num processo visual/auditivo. Neste sentido, a realidade sempre mostrou que “(...) os surdos possuíam uma língua que se desenvolvia em uma modalidade visuoespacial - diferente da modalidade audioral das pessoas ouvintes” (AMARAL, 2008).

Porém, tendo a perda auditiva ocorrido num período pós lingual – quando a criança já adquiriu o domínio da fala, e muitas vezes, já é até alfabetizada - a pessoa se caracteriza como deficiente auditivo, e não como surdo. Sua língua natural não será a Linguagem de Sinais, mas a língua materna – que é oral.

Devemos, contudo, salientar que tais considerações, classificações

variam de individuo para individuo – não havendo um padrão concreto. Existem pessoas que nasceram com perda auditiva profunda, é que, mesmo tendo a Libras como linguagem natural, conseguem fazer excelente leitura labial – e até mesmo adquirir a habilidade da fala, se adaptando de forma efetiva ao contexto ouvinte. Tudo depende de estímulo, e principalmente dos anseios e interesses pessoais do surdo – isto é, da sua escolha em querer aprender a falar. Assim como o deficiente auditivo pode aprender, e se tornar fluente em Linguagem de Sinais - e fazer o uso da mesma para se reintegrar e orientar-se na sociedade após a perda auditiva – adaptando-se de forma significativa ao contexto surdo. Enfim, tudo depende dos aspectos individuais, culturais – da forma como a pessoa caracteriza a si própria. O fato de não ouvir, para o surdo, é insignificativo – quando analisado do ponto de vista pessoal – porque não há como sentir falta daquilo que nunca teve. Por isso, segundo Lopes (2007)

(...) convém marcar a diferença entre surdez e falta de audição. Talvez valha perguntar: existe alguma diferença entre surdez e falta de audição? Sim. A diferença está nas noções de normalização e de completude implicadas na idéia de “falta” (p. 21).

Porque numa sociedade em que se idealiza a perfeição, tendo como padrão a normalização, as características individuais muitas vezes não são respeitadas. Sendo assim, o surdo – em sua maneira peculiar de ser - é confrontado pela hegemonia ouvinte, surgindo daí a significação de perda.

Gestos e sinalizações, bem como demais modos de pensar e agir característicos da surdez eram subjugados, criando-se assim, paradigmas, mitos sobre o sujeito surdo. Paradigmas e mitos que até hoje são disseminados pelo senso comum, como, por exemplo, o termo surdo-mudo. Poucas pessoas ouvintes - talvez apenas aqueles que convivem com surdos, além de profissionais e teóricos que estudam e estão inseridos na causa surda – sabem que o surdo não é mudo. Conforme descreve Strnodová (2000), “se uma pessoa surda não fala isto é apenas uma consequência por ter deixado de ouvir a fala dos outros...” e até a sua própria voz. Porém nada impede que ele aprenda, através de acompanhamento fonoaudiológico, a produzir sons da fala – não de maneira naturalizada, mas de uma forma peculiar – compatível com sua personalidade.

Infelizmente, poucos compreendem o que realmente significa ser surdo,



e pressupõem um mundo formado por silêncio que induz o indivíduo ao medo, insegurança, desespero - condicionando uma reclusão/exclusão, sem entretenimento e diversão. Conforme a descrição abaixo<sup>6</sup>:

Um mundo silencioso, sem barulho do tráfego, sirene de ambulância, sem o som de um canteiro de obras. É assim que pessoas com deficiência auditiva percebem os acontecimentos ao seu redor (...)

Esta é uma caracterização que muitas pessoas - mediante o senso comum fazem da surdez, surgindo assim uma prática assistencialista, que retrata o surdo como alguém diferente, que necessita sempre de auxílio, piedade.

O resultado positivo desta prática foi a instauração de medidas paliativas, que visam ajudar o surdos em seu processos de comunicação/informação, como: interpretes de LIBRAS em aulas, palestras, provas, concursos e sessões jurídicas; legendas em Linguagem de Sinais para alguns programas de televisão; telefones especiais para surdos e deficientes auditivos - denominado TDD<sup>7</sup>. Entretanto, temos que compreender que não basta dar acesso às informações – mas fazer com que estas sejam significativas para os surdos.

O interprete, por exemplo, tem uma função fundamental - sua função é fazer com que o surdo compreenda a informação que esta sendo oralmente transmitida. Para tanto, o interprete deve compreender como o surdo processa tal informação, qual o nível de vocabulário da Língua oral que o mesmo

---

<sup>6</sup> <http://www.sjp.pr.gov.br/portal/noticia.php?id=1288012551743647>. Acessado em 27/10/10 notícia referente à VIII Mostra Cultural de Surdos, em São José dos Pinhais.

<sup>7</sup> TS (ou TDD) é um aparelho que permite que os mudos, surdos ou deficientes auditivos comuniquem-se pelo telefone. Ao invés de conversar normalmente, o usuário escreve usando o teclado do aparelho (que é semelhante a uma máquina de datilografia). Para realizar a comunicação telefônica são necessários dois TDDs, a menos que a chamada seja feita através do Serviço de Intermediação Surdo Ouvinte. TDD [do inglês telecommunications device for the deaf], TS e telefone de texto referem-se ao mesmo aparelho. O TS é tradicionalmente utilizado de duas maneiras: colocando-se o receptor telefônico nos acopladores acústicos do TS ou conectando-se o TS diretamente a uma linha telefônica analógica. Ambos os métodos apresentam vantagens. Em lugares barulhentos, a Conexão Direta elimina barulhos externos que possam atrapalhar, alertando o usuário quando o telefone tocar (através de uma luz sinalizadora ou da indicação na tela de texto do aparelho). Além disso, possibilita selecionar Atendimento Automático (auto-answer) e discagem diretamente do teclado. O uso Acústico é conveniente quando não se dispõe de uma linha exclusiva para o TS ou em ambientes que não suportam conexão analógica. Fonte: <http://www.assistech.com/portugues/tdd.htm>.

conhece; a dinâmica da Língua de Sinais, bem como o grau de correspondência com a linguagem oral padrão. Interpretar não é apenas fazer uma transposição de mensagem da Linguagem oral para a sinalizada - e sim condicionar ao surdo uma interpretação real e efetiva do que esta sendo falado, comunicado. Por isso, um interprete precisa, além de conhecimento técnico da Língua de Sinais, saber quais as reais dificuldades que o surdo enfrenta para aquisição de informação – e estar disposto ajudar enfrentá-las. Em outras palavras, um interprete precisa ter dedicação, saber que ele é importante aos surdos, sendo um elo entre o mundo oral e os mesmos. Tal intermediação exige deixar de lado seus próprios anseios/preceitos, fazendo com que o surdo tenha confiança – tanto na pessoa que esta interpretando quanto na mensagem que esta sendo interpretada. Assim:

De vez em quando surge um grupo de pessoas ouvintes capaz de proporcionar aos surdos uma integração plena. Todos os presentes se divertem, riem e se entendem sem levar em consideração a audição. Entre eles e os surdos não existe nenhuma barreira de comunicação. Essas pessoas maravilhosas são os interpretes da língua de sinais (STRNADOVÁ, 2000, p. 66).

O interprete acaba tornando-se um modelo, um elemento representativo de sensibilidade, de compreensão sobre a surdez. Pois, estas pessoas “maravilhosas” que Strnadová relata são raros de encontrar – poucos são as pessoas que têm paciência e coragem em se integrar ao mundo surdo. Isto se deve a dificuldade de comunicação. Quando uma pessoa ouvinte – que não tem conhecimento sobre a surdez – aproxima-se de um surdo ou deficiente auditivo, de forma corriqueira, pensando que o mesmo ouve; choca-se quando o surdo não entende ou gesticula. Ou seja, estranha, mesmo que inconscientemente, o fato de não ouvir - pois tinha a expectativa, com a aproximação, de que a pessoa seja “normal”. Porque, diferente do deficiente visual, com a bengala, do deficiente físico com a cadeira de rodas... o surdo não apresenta uma identificação imediata, retratando que tenha perda auditiva, a não ser a prótese auditiva - que muitas vezes é pouco visualizada. Apenas com a aproximação, quando se busca uma comunicação, que poderemos identificar o surdo. E, ao primeiro sinal, à primeira dificuldade interpessoal, condiciona-se o afastamento.

Contudo, devido a tal “estranhamento” e a conseqüente exclusão econômica, social e cultural em que os surdos foram submetidos ao longo da história, os mesmos se uniram em comunidades, formando o que denominamos de cultura surda, criando até mesmo uma linguagem própria - a Língua de Sinais -, tão ou mais complexa que qualquer outra linguagem, com estruturas gramaticais e morfológicas específicas.

Tal linguagem revela uma cultura - que por sua vez, expressa uma visão do mundo diferente, delineando uma estrutura de pensamento diverso ao pensamento ouvinte – porém, tão rico e qualitativo quanto este. Além disso, a Língua de Sinais permite ao surdo uma crescente interação entre si e o mundo – além da expressão de idéias, da articulação, da criticidade e formação de identidade. Desse modo,

(...) a surdez pode ser vista dentro de um campo de ações construídas pela linguagem. É a linguagem que permite a criação de um sistema de significações para representar coisas e negociar sentidos sobre elas. É sobre os sentidos que damos as coisas que construímos nossas experiências cotidianas e nossas interpretações sobre nós e sobre os outros (LOPES, 2007, p. 16).

De acordo com Sá (2002), identidade surda “(...) refere-se à maneira como os surdos definem a si mesmos, ou seja: de uma forma cultural, lingüística” (p. 3). Além disso, “o entendimento sobre a questão das identidades está diretamente relacionado com a noção da linguagem porque a constituição da subjetividade dá-se pelo exercício do poder da linguagem” (SÁ, 2002, p. 96).

Entretanto, os surdos, apesar de sua linguagem e cultura própria, são incompreendidos em sua essência. São pouco os profissionais/teóricos e familiares que visualizam a surdez a partir um caráter cultural, etnológico – isto é, ver a surdez como um caráter de existência. Sendo que “a construção da identidade dos surdos passa pela mudança de paradigma da deficiência para o de minoria lingüística, cultural” (KAUCHAKJE, 2003, p 15). E, “as minorias surdas têm sido excluídas do direito de ter sua cidadania plenamente desenvolvidas e sua diferença amplamente considerada” (SÁ, 2002, p. 7). Porque, conforme observa Sá (2002),

Os ouvintes desenvolveram um conjunto de concepções e princípios práticos do ponto de vista educativo, lingüístico legislativo e social sobre os surdos que precisam ser confrontados, desfamiliarizados, pois, por trás de cada concepção, certamente há interesses políticos, filosóficos, econômicos e até religiosos (p. 10).

Assim luta por direitos - do exercício pleno da cidadania, bem como pelo respeito à identidade - define a configuração de surdez na contemporaneidade.

### 3 - EDUCAÇÃO E SURDEZ

A educação é um processo diverso e complexo, construído através da diversidade – já que são vários os fatores e sujeitos que compõe o processo de ensino e aprendizagem.

Numa escola, por exemplo, encontramos pessoas com diferentes idades, perspectivas, personalidades – cada um com a sua própria história, cada um com a sua própria realidade (MIZUKAMI, 1986). Sendo assim, quando pensamos em educação, - em todas as formas e ações – concluímos que ela esta associada à socialização. A educação é uma ponte que une o indivíduo a sociedade – sejam estes surdos ou ouvintes. Isto porque, através da educação, o individuo faz aquisição da cultura de determinado grupo social – o que dá ao processo educativo, a função de fazer com que este mesmo indivíduo atue de forma consciente na sociedade. Entretanto, o ato de educar é regido pela subjetividade e individualidade. Tanto que, no âmbito educacional, encontraremos indivíduos diferentes – com personalidades e perspectivas diferentes. E, esta diferenciação também é condicionada pela educação. Por isto, pode-se dizer que a “educação é o processo por meio do qual os indivíduos assemelham-se e diferenciam-se. Por meio dela (da educação) os indivíduos tornam-se iguais, mais tornam-se também diferentes uns dos outros” (SILVA, 2003, p. 1).

Desta maneira, quando reflete-se sobre educação e surdez, o primeiro contexto é a diferenciação/especialização - pois é dentro de um escola especializada, de preferência bilíngüe/bicultural que o aluno surdo se identificará como tal. Isto porque é num ambiente escolar propicio, especializado, que a criança surda terá contato com outros surdos, e alcançará desenvolvimento lingüístico – por meio da Língua de sinais – adquirindo referencial social/cultural, construindo de forma significativa sua identidade. E

Sem a escola de surdos, as crianças surdas que dependem da autorização dos pais para buscar por espaços onde outros surdos se encontram, ficariam relegadas, em sua maioria, a viver entre ouvintes e a não se desenvolver de acordo com o que são capazes. Mesmo com toda a discussão surda e com todo espaço já conquistado pelos surdos, a comunidade ainda necessita da escola de surdos para

poder existir como tal. Mesmo correndo o risco da pedagogização da comunidade, a escola de surdos sempre será um espaço de encontro surdo, pois além de ser a primeira instituição em que muitos têm a chance de conviver e de se auto-identificar com outros surdos... (LOPES, 2007, p. 81).

Assim, a educação em sua forma mais concreta, proporciona ao educando um crescimento individual e concomitantemente coletivo. Individualmente, porque é através do processo educativo que o educando se reconhece como indivíduo diferente dos demais. E coletivo, porque o ato de educar faz com que a individualidade do educando seja transformada a um contexto geral, comum, induzindo o indivíduo à socialização.

A surdez é considerada pedagogicamente por Necessidades Educacionais Especiais - sendo classificada como parte da Educação Especial, em qual também se inclui deficiência visual, física, mental. Contudo,

(...) não é aconselhável estabelecer comparações entre pessoas com deficiência da mesma área e nem aquelas de áreas diferentes. Cada pessoa é um conjunto das suas relações sociais, ou seja, é aquilo que sua história de vida lhe possibilitou ser. Portanto, independentemente de uma determinada pessoa possuir ou não deficiência, ela é igual as demais naquilo que é igual, e é diferente das demais naquilo em que é diferente (CABRAL et. al., 2003, p. 17).

A criança surda - mais especificamente o aluno surdo - necessita e tem direito a um atendimento educacional especializado, que considere suas peculiaridades – principalmente seu contexto lingüístico/cultural. Porém, esta contextualização raramente acontece, porque

A pessoa “deficiente auditiva” é a base para a existência teórica da educação especial, assim como é a base para a construção de ‘teorias’ sobre a incapacidade de ouvir e sobre como ensiná-la - no caso, leia-se, corrija-la. Os discursos clínicos, visualmente conectados com os discursos pedagógicos enunciam a deficiência auditiva e definem pedagogias ditas “especiais”. Tais discursos, quando colocados no mesmo espaço de invenção curricular, muitas vezes entram em fortes tensionamentos com aqueles discursos que negam a deficiência e inventam a surdez como uma condição, possibilidade, traço ou significado cultural (LOPES, 2007, p. 54).

Como vimos anteriormente, surdos e deficientes auditivos são conceitos diferentes e é preciso compreender esta diferença, pois para o surdo

não há perda auditiva, porque 'não ouvir' faz parte de sua individualidade, de sua concepção como pessoa. No entanto, muitos discursos pedagógicos insistem em condicionar o surdo ao contexto clínico de perda auditiva e isto se reflete inclusive no âmbito familiar - que é a primeira e principal base educacional de toda criança.

Tal caracterização/padronização sobre os surdos ocorre - seja no âmbito familiar, escolar, além de outros – devido à perspectiva da surdez como doença/deficiência. E

A partir do momento em que uma determinada pessoa for rotulada com a marca da deficiência, nunca mais será a mesma. Passará a viver em todos os espaços sociais sobre o estigma de inválido e inútil. Numa sociedade que já tem estabelecido um padrão de perfeição, beleza, de inteligência, de cor, alicerçados sobre valores econômicos, políticos, sociais, culturais, étnicos e morais bem definidos, essa ressalva torna-se por demais importante, pois se entende que o melhor seria evitar a colocação do carimbo “deficiência” do que depois retirar suas marcas. Vale a pena lembrar, a título de esclarecimento, que o problema da pessoa com deficiência não é a deficiência em si, mas o tratamento que a mesma recebe por parte da sociedade em face da sua deficiência (CABRAL, et. al., 2003, p. 17).

Quando a criança nasce, os pais – guiados por padrões sociais - projetam expectativas sobre a mesma. Espera-se um filho em condições perfeitas de saúde, complementado com beleza, inteligência, e dotado de uma personalidade afável. Todos nós reconhecemos que ninguém é perfeito, todos têm defeitos – seja fisicamente, emocionalmente ou mentalmente. Mas, mesmo que inconscientemente, exigimos do outro a perfeição. Assim, quando se percebe que o filho não ouve, que interage de modo diferente com o ambiente, a primeira reação é medo, desespero. Depois, com a certeza do diagnóstico de surdez, vem a frustração – e até a culpa (quando a perda auditiva decorre de fatores genéticos/hereditários). Existe sempre a pergunta: por quê? Por que meu filho/filha?

Esta pergunta não pode ser simplesmente respondida - porque não há resposta. Existem estatísticas de risco, porém, a surdez pode acontecer com qualquer um. E quando acontece, o primordial é reconhecê-la – não como doença, perda - mas como uma característica individual, como um fator lingüístico/cultural, e conseqüentemente, social.

Após dado reconhecimento, cabe aos pais se adaptar ao contexto da criança surda, compreendendo ela em sua essência e, assim, aprendendo a Língua de Sinais juntamente com a criança, procurando profissionais especializados na área de surdez, como fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos (além de outros) para garantir informações e assistências necessárias, viabilizando - não a cura, não o ouvir - mas uma educação qualitativa, que ofereça oportunidades futuras e uma melhor qualidade de vida à criança surda. Sendo assim,

É fundamental que a família, recebendo apoio dos profissionais e de preferência também da comunidade surda, empenhe-se em aprender Libras. A família deve entender que seu filho necessita a todo momento estar dialogando, recebendo informações e carinho para poder se desenvolver de forma satisfatória (GOLDFELD, 2002, p. 167).

Ter um filho surdo, conforme exemplifica<sup>8</sup> Fernandes<sup>9</sup> (2007), é como uma mudança em um roteiro de viagem. Você planeja ir a um lugar específico, mas o destino acaba sendo diferente do esperado. Porém, apesar da mudança de planos, a viagem pode ser repleta de maravilhas extraordinárias – basta querer conhecer, ter a sensibilidade para perceber e se envolver. É importante os pais estabelecerem uma base de comunicação com seu filho surdo, mesmo que esta comunicação seja difícil. É preciso explicar, informar tudo e todos, desenvolver afetividade, cumplicidade - e acreditar que a educação é possível, mesmo diante de paradigmas, mesmo diante da barreira lingüística entre surdos e ouvintes.

Assim, considerando que 90%<sup>10</sup> das crianças surdas são filhas de pais ouvintes, mostra-se urgente a necessidade e o esforço destes pais em aprender a Língua de Sinais, bem como de a criança, já nos primeiros anos de vida, estar integrada à comunidade surda e matriculada numa escola bilíngüe para surdos. Conforme ressalta Goldfeld (2002, p. 167), “a participação da comunidade surda é um ponto essencial na real implementação do bilingüismo. Sem a presença dessa comunidade não se pode falar em aquisição natural e

---

<sup>8</sup> Baseando-se no texto “ Bem Vindo a Holanda ’, escrito por uma mãe , na tentativa de ajudar as pessoas compreenderem a experiência de ter um filho surdo.

<sup>9</sup> Doutora em Estudos lingüísticos (UFPR), Mestre em Lingüística ( UFPR ),pesquisadora de educação bilíngüe para surdos e lingüista do projeto Libras é Legal.

<sup>10</sup> Conforme retrata a pesquisadora Myrna Salerno - citada por Sueli Fernandes (2007, p06)



espontânea em Libras”.

E sendo a educação aquisição da cultura pelo indivíduo, percebe-se então, que o processo de socialização é mediado pela cultura. Isto porque ao adquirir formação cultural o indivíduo passa a se adaptar a sociedade, adquirindo hábitos, costumes, tradições. Contudo, a cultura, por ter como fundamental a característica, a subjetividade humana, tende a ser uma ferramenta de diferenciação – servindo também ao mesmo tempo, como mediadora do indivíduo à sociedade.

A partir disso:

A formação constitui-se em subjetivação da cultura, por uma dupla via: a da adaptação e a da emancipação; o que confere à cultura em duplo caráter; o de remeter o indivíduo à sociedade e o de ser intermediários entre a sociedade e a formação do indivíduo (SILVA, 2003, p. 2).

Como vemos, a identidade cultural é significativa na educação – já que é por meio da cultura que o indivíduo se orienta em sociedade – pois seu contexto familiar, lingüístico e cultural será a base para a formação de sua configuração social, ou seja, é a partir de sua cultura que o indivíduo irá compreender e interagir com o mundo.

Dessa maneira, quando se trata de educação para surdos, o primordial é condicionar e respeitar seu contexto cultural, tornando o ensino significativo a este indivíduo. E, o primeiro passo para este caminho é a linguagem, que é “qualquer forma utilizada com algum tipo de intenção comunicativa incluindo a própria língua” (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 15) – que no caso dos surdos é a Língua de Sinais.

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham um série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 30).

A Língua de Sinais, diferente do que muitos pensam, não é uma língua universal idêntica em todos os países. Cada nação tem sua própria Língua de Sinais – assim como ocorre com a linguagem oral. No Brasil, temos a LIBRAS - “língua que é o meio e o fim de interação social, cultural e científica da comunidade surda brasileira, é uma língua visual-espacial” (QUADROS;

SCHMIEDT, 2006, p. 15).

Pela Língua de Sinais condiciona-se ao surdo a significação de si próprio, estabelecendo parâmetros para relacionar-se com o outro - seja este surdo ou ouvinte. Dessa maneira,

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngüe busca captar este direito (QUADROS, 1997, p. 27).

O aluno surdo necessita, para uma aprendizagem efetiva e inclusiva, de uma educação bilíngüe/bicultural. Isto porque ele tem sua identidade surda, que precisa ser respeitada, preservada – mas também está inserido numa sociedade ouvinte, e precisa aprender se adaptar a ela. Contudo, adaptação, neste sentido, refere-se a convivência, explicitando o direito de ter os mesmos direitos que os ouvintes: direito de ser informado, direito de expressar opinião, direito de ser instruído – e principalmente, o direito de ser respeitado como um indivíduo único, diferente em sua individualidade, semelhante em sua sociabilidade. Neste contexto, “a proposta de educação bilíngüe sugere-nos, então, mudanças que se mostram necessárias, sendo a mais importante delas o respeito à língua de sinais como língua natural e de direito do surdo” (GESUELI, 2006, p. 279).

Dentre os principais mecanismos do modelo bilíngüe, esta a aquisição funcional da língua materna – oficial do país – como, por exemplo, o Português no Brasil, através da língua de Sinais. Entretanto, vale ressaltar as diferenças estruturais entre a LIBRAS e o Português, compreendendo que se tratam de duas línguas diferentes, com contextos diversos – uma é oral, utilizada por ouvintes, a outra é visual/espacial, utilizada por surdos. Assim, é inconveniente acreditar que a LIBRAS trata-se de um Português sinalizado, pois muitas palavras em Português não encontram correspondência em Libras, bem como algumas vezes não há correspondência/representação escrita da idéia/sinais.

O português para o surdo brasileiro será uma 2ª língua (salvo para os deficientes auditivos), uma língua artificial – como será a LIBRAS para o ouvinte (salvo para os ouvintes filhos de pais surdos, que adquirem Libras num ambiente natural, familiar). E por ser artificial, a escrita do surdo será diferente,

bem como sua leitura. Neste aspecto, uma das principais metodologias numa escola bilíngüe/bicultural para surdos é o Letramento, pois:

Letramento é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e freqüente da leitura e da escrita, e que, ao se tornar letrado, muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 17).

O letramento é a função social da leitura - sendo fundamental ao indivíduo para compreensão e construção de seu pensar e agir no mundo. E o processo de alfabetização, para se converter num processo de letramento efetivo, precisa ser significativo – enfim, estar contextualizando com a realidade do indivíduo. Entretanto, o aluno surdo - devido a perda auditiva e ao déficit na aquisição da linguagem oral - encontra barreiras e desafios no processo de aprendizagem, já que a prática pedagógica, em grande parte, ocorre por meio da oralidade.

Devemos compreender que “letramento nas crianças surdas enquanto processo, faz sentido se significado por meio da Língua de Sinais brasileira” (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 17).

Quando o processo de ensino e aprendizagem é regido por meio da oralidade, isto traz aos surdos grandes dificuldades - principalmente no que se refere ao letramento. E para transpor tais barreiras é necessário apoio metodológico, psicopedagógico, fonoaudiológico, bem como de assistência social. Sendo assim, podemos refletir: o sistema de ensino regular considera as especificidades e necessidades de seus alunos surdos?

Hipoteticamente, há descontextualização entre o processo de ensino/aprendizagem e as reais necessidades e particularidades das crianças surdas - sendo que tal descontextualização induz a desmotivação, através da falta de significação – culminando na evasão, marginalização e exclusão.

A falta de significação é a grande responsável pelas defasagens no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se que muitas metodologias bem como recursos pedagógicos utilizados ao ensino de crianças ouvintes são inadequados para o ensino e aprendizagem de alunos surdos - principalmente porque a cultura surda, especificamente a LIBRAS, não é utilizada como ferramenta para o letramento. Daí o processo falho da

inclusão.

Incluir não é somente inserir alunos em uma escola regular – fazendo como ferramenta de ensino o intérprete da Língua de Sinais, ou de atendimentos em classes especiais, juntamente com outras referidas “deficiências”. É preciso comprometimento e dedicação quando se faz a escolha de lecionar para alunos surdos. Pois, sendo o professor ouvinte, seu contexto será diferente do seu aluno surdo – tanto na forma de se comunicar, como de estruturar idéias. Assim, é preciso do professor um vínculo tempo hábil, bem como informações acerca da surdez – para que ele possa compreender seu educando surdo.

Numa sala de aula regular, com 30 a 40 alunos (se não mais), um professor será capaz de se dedicar a dois, três alunos surdos? O intérprete tem a função de ensinar, terá a bagagem didática para auxiliar nas dificuldades de aprendizagem? Como ficará a relação professor/aluno? E, o mais importante, onde a criança surda poderá ter formada sua identidade, onde ela aprenderá a Língua de Sinais, onde ela conviverá com outros surdos?

De acordo como art. 1º da Resolução do Conselho Nacional de Educação 04/2009<sup>11</sup>, “os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns de ensino regular (...)”. Entretanto, essas classes estão preparadas para receberem? A sociedade conhece o verdadeiro contexto da surdez, as reais necessidades dos surdos?

Vale ressaltar que a surdez não é uma deficiência e que o principal caminho para uma verdadeira inclusão é a informação – extraindo preconceitos, paradigmas. Além disso, é necessário compreender que:

Considerando o aspecto psicossocial, a criança surda ira integra-se satisfatoriamente à comunidade ouvinte somente se tiver uma identificação bastante sólida com o seu grupo, caso contrário, ela terá dificuldade tanto numa comunidade quanto na outra, apresentando limitações sociais e lingüísticas irreversíveis (QUADROS, 1997, p. 28).

---

<sup>11</sup> Resolução CNE/CBE 4/2009 – Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009. Seção 1, p17

#### 4 - VIVÊNCIAS

A compreensão é uma das mais sublimes virtudes humanas – permite ver o outro por uma perspectiva real – desvinculada de preconceitos. Contudo, a compreensão só é efetivamente adquirida quando se vivencia. E, para vivenciar, é necessário compartilhar, se envolver, se dedicar.

É importante compreender o próximo - porque nunca sabemos o que nós espera, qual será o nosso amanhã. Planejamos, trabalhamos, estudamos... Nos organizamos em horas, dias, semanas, mês. Porém, uma linha muito tênue separa a alegria da tristeza, a saúde da doença, a riqueza da pobreza - o ouvir e a surdez.

Em agosto de 2000, estava na escola lendo uma revista – e me chamou a atenção uma matéria sobre a utilização do closed caption<sup>12</sup>. Pela primeira vez, refleti sobre o que é ser surdo. Pensei comigo: “que horrível não ouvir, imagine não poder nem assistir TV”. Fiquei angustiada, imaginando um mundo cercado de silêncio. Dias depois, com um mal estar - típico de gripe – olho para a TV e não consigo entender o que diz o noticiário. Achando estar febril, dou pouca atenção a este fato. No outro dia, não consigo nem entender o que meu pai e minha mãe estavam falando na mesa do almoço. Veio o desespero, o medo... O que estava acontecendo comigo? Tontura, náusea, angústia... O feriado de 7 de setembro estava se tornando um pesadelo. Ligava a TV, e a todo custo queria ouvir – mas só via os lábios mexendo.

Verdade que desde a infância tenho problemas auditivos. Tinha uma perda moderada no ouvido esquerdo, devido a otites. Era comum mudar o gancho do telefone para o ouvido direito para ouvir melhor ou mudar de lado quando estava conversando com alguém. Confundia algumas palavras, mas segundo exames, meu ouvido direito estava perfeito. E eu não me preocupava, acompanhava bem as aulas, e sempre me informava de tudo. Fazia a lição de casa ouvindo o noticiário e ainda poderia saber o que estavam conversando ao

---

<sup>12</sup> Ferramenta conhecida no Brasil como legenda oculta, o "closed caption" auxilia o telespectador a acompanhar um programa de TV com transcrições dos áudios. Embora tenha sido criado com foco nos deficientes auditivos, o recurso ganhou utilidade em ambientes onde o silêncio é fundamental. Fonte : <http://www.folha.uol.com.br/>

meu redor. E, assim, nunca imaginava ficar “surda”. Porém, após aquele feriado, com exames, veio o diagnóstico: perda auditiva bilateral neurosensorial - profunda no ouvido direito e severa no esquerdo.

Como padrão, a medicina precisava saber exatamente a causa, o porquê da perda. Daí veio internação – completei 16 anos, dia 17 de setembro, no hospital. O que mais me deixava nervosa era a angústia das pessoas a minha volta, ver mãe, pai e irmãos preocupados, até chocados, era pior que a perda em si. Queria voltar ouvir. Achava que poderia dormir e acordar ouvindo. E devido a tal ansiedade, nem percebia que já estava me adaptando, que minha mente, com apenas três dias da perda auditiva, já estava utilizando o mecanismo da leitura labial.

Ficava pensando no que eu tinha perdido com a perda auditiva. *Como eu iria conversar com as pessoas? Como eu iria voltar estudar? Como eu iria trabalhar?* Estas são perguntas que só o tempo iria me responder, o jeito era aceitar minha condição de deficiente auditiva e tentar viver da maneira mais tranqüila possível.

Fizeram vários exames, tentaram achar várias explicações - que até hoje não foram encontradas, e me pergunto: por que tudo tem que ser explicado? Por que sempre tem que haver respostas? Talvez perder a audição fosse meu destino, por alguma razão eu precisei me tornar surda.

Mas, enquanto não me compreendia, segui um longo caminho, junto com minha família. Foram três anos de busca clínica, procurando meios para reverter a perda – mesmo não sabendo o porque perdi. Era angustiante clinicar, hospitais e a sentença de um futuro incerto. Agradeço em muito os médicos, pela humanização diante da minha pessoa. Porém, o paradigma de que a surdez era doença, de algo trágico, me atribulava.

Nenhum especialista veio conversar comigo ou com minha família, dizendo que eu poderia aprender LIBRAS, que poderia conviver perfeitamente com minha perda auditiva através da leitura labial. O que me diziam era que eu tinha o risco de perder a voz. E eu observava o olhar de pesar das fonoaudiólogas. E o rotulo de coitadinha se propagava. Só a fé em Deus me ajudava suportar as barreiras que enfrentava.

Foi aí que decidi não buscar respostas e tentar aceitar minha condição. No início desta trajetória, eu não queria retomar à escola. Veio alguém e me

disse que minha vida não precisaria mudar em nada - que eu poderia continuar, sem me preocupar.

Na escola estava finalizando o ensino médio, todos se compadeceram – mas poucos estavam dispostos a ajudar, poucos tinham a sensibilidade para se dedicar. Meu recurso foi a leitura e minhas médias foram maiores de quando eu ouvia. Isto aconteceu porque o que uma pessoa diz – no caso o professor lecionando a aula – é fácil esquecer. Agora o que você lê e observa fica internalizado – torna-se memorável. Por isso, é fundamental o letramento – não apenas para os surdos, mas para todos os alunos em geral.

Apesar das dificuldades - como professor virar de costas, colegas pouco colaborativos, pessoas que me infantilizavam, discriminavam, eu não me deixava intimidar. Minha família me dava apoio para perseverar e eu segui em frente. Se tinha dúvidas, dificuldades, sempre buscava (e exigia) ajuda. Sempre me mantive informada – e até hoje luto por este direito. Busco informações a todo momento.

Se vou assistir um filme, exijo legendas. Se vou a uma palestra, exijo conceitos. Às vezes posso ser inconveniente, mas se não fosse por tal determinação, acredito que não conseguiria me adaptar. O mundo é ouvinte, e são poucos que compreendem o que é ser surdo, o que é perder a audição.

Outro fato é que eu não aceitava a LIBRAS – ficava nervosa quando via sinalizações. Não gostava nem que fizessem o sinal de positivo para mim. E era só eu dizer que tinha deficiência auditiva que as pessoas tentavam comunicar-se comigo por meio de gestos, ou aumentavam a voz. Isto é um pouco desconcertante, mas acaba-se aprendendo a compreender o senso comum – pois eu também fui ouvinte, e também tinha paradigmas sobre a surdez.

E tais paradigmas se projetavam em mim até mesmo depois que perdi a audição. A palavra surdo me assustava. Na minha interpretação, ela transfigurava o contexto de silêncio, de desespero. E eu sempre me defini como deficiente auditiva. Mas hoje me pergunto: por que deficiente? Não é oposto de eficiência? E no que eu era ineficiente?...

Não poderia atender telefone, não poderia escrever um ditado (apesar de muitas vezes precisar fazer isto), mas tinha demais habilidades. Porém, fiquei cinco anos trabalhando como arquivista, a única função que a empresa

dizia ser compatível com minha surdez. Nunca fui promovida, pois qualquer outra função precisaria ouvir as pessoas. Agradeço a empresa pela oportunidade que tive – foi muita válida, em termos financeiros, para a concretização da minha realização pessoal, que era fazer um curso superior. Entretanto, atualmente, vejo como a empresa, mesmo tendo o sistema de cotas (5% das vagas destinadas aos deficientes) era inexperiente. Nenhuma pessoa sabia como lidar com um deficiente auditivo ou surdo. Sorte que eu me orientava pela leitura labial – e que era oralizada.

No mesmo período que comecei trabalhar, entrei no Curso de Pedagogia na UFPR. Tive dificuldades porque a metodologia se resumia a aulas expositivas, oralizadas. Era produtivo quando tinha recursos como power point, porém, avisos, recados, eram dados de forma oral - e eu tinha muito medo de perder informação. Graças a Deus, tinha uma amiga/colega que me ajudava nestes quesitos. Ela funcionava como uma intérprete para mim.

Enfim, consegui me formar em 2008 e logo já iniciei o curso de Ciências Sociais – também na UFPR. Com as aulas de antropologia/sociologia, fui percebendo outros contextos do ser humano – principalmente acerca da identidade, e como esta é moldada pela vida em sociedade. Enquanto como pedagoga aprendi que a surdez era uma configuração clínica, de educação especial – em antropologia fui verificando que ser surdo é uma significação cultural. Foi bem interessante esta mudança de perspectiva.

Por minha formação, como educadora/pedagoga, me senti no dever de aprender LIBRAS e juntamente com o curso aprendi muito sobre o que é ser surdo. Percebi a diferença entre surdo e deficiente auditivo - aprendi que LIBRAS é uma língua completa e complexa como qualquer outra. E logo pude colocar todo este aprendizado em prática, pois em meados de 2009 comecei trabalhar numa escola de educação para surdos, localizada em São José dos Pinhais. A escolha desta escola veio por acaso. Passei no concurso para professora. Segui todo o padrão para a convocação, e fiz a inscrição pelo sistema de cotas – pois se caso fosse aprovada, não haveria problemas com laudos.

Entretanto, após a aprovação e convocação, fiz perícia médica e o médico simplesmente, após pedir exames, achou que eu não estava apta a lecionar pois como iria interagir com os alunos?



Grande foi a frustração – e levei minha indignação a Secretária de Educação do município. E lá, conversando, me indicaram a Escola Municipal de Educação Especial para Surdos Ilza de Souza Santos – escola que oferta Educação Infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental e EJA. Na escola, também é oferecido atendimentos multidisciplinares, como psicopedagogia, psicologia e fonoaudiologia – além de Letramento para crianças inclusas no ensino regular, ouvinte, a partir do 6º ano do ensino fundamental.

A princípio, fiquei um pouco receosa – não me sentia preparada para atuar na área de surdez – tinha apenas o básico de LIBRAS. Porém, ao começar lecionar, vi o quanto a prática é importante, e que a experiência é uma verdadeira mestra. Anos de estudo sobre surdos só são válidos quando você os conhece realmente, quando se convivem com eles. A LIBRAS, no seu aspecto prático, estou aprendendo junto com as crianças – utilizando a mesma no cotidiano. E estou aprendendo muito mais sobre o universo surdo. Um mundo cheio de diversidade, possibilidades.

As crianças são apaixonantes – e tem um grande potencial, até mesmo aqueles que apresentam múltipla deficiência, como motora e até visual. O aluno V, de 11 anos, surdo-cego, foi um desafio para a escola. E, alguns meses depois de sua entrada, já vemos uma significativa mudança em seu comportamento/no reconhecimento sensorial/corporal, e também na sua relação com seus educadores. É um enorme aprendizado – não somente como professora, mas como ser humano em si.

Atualmente leciono para Educação Infantil numa turma de 9 crianças, com idades entre 2 a 5 anos. Todas são surdas profundas/congênitas – mas nem por isso tão menos capazes que qualquer outra crianças ouvintes na mesma faixa de idade – sendo que as vezes até superam. A única diferença é a oralidade, porém, o desenvolvimento psicomotor sensorial é normal. Comprova-se a idéia de que o ambiente escolar fundamentado na LIBRAS, para o surdo, é importante desde os primeiros anos de vida. É vendo a língua de Sinais, interagindo com a mesma, que as crianças adquirem a linguagem, expressando opiniões, fatos e anseios. A aluna K, de 5 anos, é totalmente comunicativa/expressiva – e gosta muito de brincar “falando” ao celular. Conta histórias em Libras, narra situações e até delimita hipóteses, reflexões abstratas. A aluna Y, de 4 anos, até alguns meses, expressava-se pouco na

Língua de Sinais. De repente, adquiriu um *imput* lingüístico impressionante, demonstrando um extenso vocabulário em LIBRAS. Isto mostra o quanto a educação necessita de estímulos e interações para se concretizar.

Porém, não há um modelo ou método concreto e perfeito. Mesmo diante de experiências e conhecimentos, no processo de ensinar surgem erros – mas estes fazem parte do aprendizado, e o importante é compreendê-lo. Não há uma metodologia concreta, correta – existe, sim, a tentativa de acertar, o ato de se dedicar, de compreender. De oferecer o que há de melhor em você.

E no fim, as respostas que se quer encontrar, o tempo dará. Há 10 anos eu não saberia o porquê da minha perda auditiva. Hoje eu já consigo compreender a riqueza de conhecimento que esta vivência tem a me oferecer.

## REFERÊNCIAS

CABRAL, A. N. et. al. **Pessoa com Deficiência: reformulando conceitos e valores.** Cascavel: Governo Municipal, 2003.

FERNANDES, Sueli. **O surdo e a família** - o que os surdos adultos têm a dizer aos pais de crianças surdas? Projeto LIBRAS é Legal. Porto Alegre: FENEIS RS, 2007.

GESUELI, Zilda Maria. **Linguagem e identidade: a surdez em questão.** Ed. Soc. Campinas, vol 27, n. 94, p. 277-292, jan./abr. 2006.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 2 ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

KAUCHAKJE, Samira. “Comunidade Surda”: as demandas identitárias no campo dos direitos, da inclusão e da participação social. In: KAUCHAKJE, Samira (Org.). **Cidadania, Surdez e Linguagem.** São Paulo: Plexus Editora, 2003.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: EPU, 1986.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice M.; SCHMIEDT, Magali. **Idéias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SÁ, Nidia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SILVA, Mônica Ribeiro. **Competências:** a pedagogia do 'novo ensino médio'. São Paulo: PUC/SP, 2003.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.